

TEMPO E MEMÓRIA NA CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA

TIME AND MEMORY IN HISTORICAL AWARENESS

TIEMPO Y MEMORIA EN LA CONCIENCIA HISTÓRICA

Juan Carlos Brandãoⁱ  

Resumo: Todo o sujeito traz consigo a sua própria consciência histórica. Uma experiência pretérita, baseada e construída conjuntamente com o processo da sua própria individuação. É um sentimento e um lugar único, a partir do qual se tem a experiência da vida e de imersão no fluxo histórico. Uma perspectiva tão particular que não pode ser experimentada por ninguém mais além de si próprio. É uma compreensão profunda encapsulada e, de certa forma, cristalizada em pressupostos decorrentes de vivências, experiências e abstrações mentais, as quais foram construídas, consciente e inconscientemente, ao longo do decurso da vida. É um repositório psicológico ao qual o indivíduo recorre – sobretudo, inconscientemente. Para entender meio ambiente que o cerca, posicionar-se, refletir e tomar suas decisões. Mas a consciência de si ou o processo de “conscientização”, na Jornada pelo abandono da ingenuidade, como a proposta por Paulo Freire, no livro de mesmo nome, não se serve apenas das experiências autóctones do sujeito, pelo contrário, é uma construção holística, na qual o compartilhamento de memórias sociais consubstanciadas nas narrativas, interações e experiências de outrem, constituem uma porção mais que significativa da gênese do universo social ao qual esse indivíduo está imerso. Nesse contexto, a História como uma ciência humanística, não pode prescindir de considerar o lado humano mais elementar no processo de construção da consciência e da memória, os mecanismos biológicos e evolutivos que os regem e que na hierarquia evolutiva da razão nos dissocia dos demais seres vivos. Contudo, conforme Carl Gustav Jung (1960), Alfred Adler (1945), Paulo Freire (2016), António Damásio (2018) e o próprio Jörn Rüsen (2010), na convergência das várias visões sobre a formação da consciência, concordam de que esta irrompe primordialmente da porção animal do nosso lado humano, emergindo dos imperativos biológicos mais essenciais, de onde advém toda a lógica e princípios que sustentam nossos modernos mecanismos procedimentais, decisórios, de alteridade, memória, senso crítico e, por sua vez, a consciência histórica. Por isso, residiria nas

ⁱPossui graduação em Geografia (bacharel) pela Universidade Federal do Rio Grande (2006), graduação em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022) e Especialização em Neuropsicologia pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação do Paraná. Tem interesses na área de História do Brasil, com ênfase em História da escravidão, questões étnico-raciais e seus desdobramentos neuropsicológicos.

pulsões primordiais de autopreservação, florescimento social e infinitude, as razões pelas quais as memórias individuais, coletivas, sociais e arquetípicas seriam tão determinantes para o equilíbrio psíquico, inserção social, orientação histórica e conscientização. Fornecendo os subsídios fundamentais para lidarmos, com sentimentos complexos, psicologicamente sensíveis e potencialmente capazes de gerar neuroses, tais como tragédias e traumas históricos. A memória instrumentaliza, mas também oprime, tudo depende do processo de conscientização.

Palavras-chave: Tempo; Memória; Trauma histórico; Conscientização.

Summary: Every individual carries within themselves their own historical consciousness. It is a past experience, based and built together with the process of their own individuation. It is a unique feeling and place, from which one experiences life and immersion in the historical flow. A perspective so particular that it cannot be experienced by anyone other than oneself. It is a profound understanding encapsulated and, in a way, crystallized in assumptions derived from experiences, memories, and mental abstractions, which have been consciously and unconsciously constructed throughout life. It is a psychological repository to which the individual turns – mostly unconsciously – to understand the environment around them, to position themselves, reflect, and make decisions. But self-awareness or the process of "consciousness-raising," as proposed by Paulo Freire in his book of the same name, does not only rely on the subject's autogenous experiences; rather, it is a holistic construction in which the sharing of social memories substantiated in narratives, interactions, and experiences of others constitutes a significant portion of the genesis of the social universe in which that individual is immersed. In this context, History as a humanities science cannot disregard considering the most elementary human aspect in the process of constructing consciousness and memory, the biological and evolutionary mechanisms that govern them and, in the evolutionary hierarchy of reason, dissociate us from other living beings. However, according to Carl Gustav Jung (1960), Alfred Adler (1945), Paulo Freire (2016), António Damásio (2018), and Jörn Rösen himself (2010), in the convergence of various views on the formation of consciousness, they agree that it primarily erupts from the animal portion of our human side, emerging from the most essential biological imperatives, from which all logic and principles sustaining our modern procedural, decision-making, otherness, memory, critical sense, and, in turn, historical consciousness mechanisms arise. Therefore, the reasons why individual, collective, social, and archetypal memories are so crucial for psychic balance, social insertion, historical orientation, and awareness would lie in the primordial impulses of self-preservation, social flourishing, and infinity. Providing the fundamental subsidies for dealing with complex, psychologically sensitive feelings potentially capable of generating neuroses, such as historical tragedies and traumas. Memory instrumentalizes but also oppresses; everything depends on the process of awareness.

Keywords: Time; Memory; Historical trauma; Awareness.

Resumen: Cada individuo lleva consigo su propia conciencia histórica. Es una experiencia pasada, basada y construida junto con el proceso de su propia individuación. Es un sentimiento y un lugar únicos, desde los cuales se experimenta la vida y la inmersión en el flujo histórico. Una perspectiva tan particular que no puede ser experimentada por nadie más que por uno mismo. Es una comprensión profunda encapsulada y, de alguna manera, cristalizada en suposiciones derivadas de experiencias, recuerdos y abstracciones mentales, que han sido construidas consciente e inconscientemente a lo largo de la vida. Es un repositorio psicológico

al cual el individuo acude – mayormente inconscientemente – para entender el entorno que lo rodea, posicionarse, reflexionar y tomar decisiones. Pero la autoconciencia o el proceso de "concientización", como propuso Paulo Freire en su libro del mismo nombre, no se basa únicamente en las experiencias autógenas del sujeto; más bien, es una construcción holística en la que el compartir memorias sociales sustentadas en narrativas, interacciones y experiencias de otros constituye una parte significativa de la génesis del universo social en el que ese individuo está inmerso. En este contexto, la Historia como ciencia humanística no puede dejar de considerar el aspecto humano más elemental en el proceso de construcción de la conciencia y la memoria, los mecanismos biológicos y evolutivos que las rigen y que, en la jerarquía evolutiva de la razón, nos disocian de otros seres vivos. Sin embargo, según Carl Gustav Jung (1960), Alfred Adler (1945), Paulo Freire (2016), António Damásio (2018) y el propio Jörn Rüsen (2010), en la convergencia de diversas opiniones sobre la formación de la conciencia, concuerdan en que esta emerge primordialmente de la porción animal de nuestro lado humano, surgiendo de los imperativos biológicos más esenciales, de donde provienen toda lógica y principios que sustentan nuestros modernos mecanismos procedimentales, de toma de decisiones, alteridad, memoria, sentido crítico y, a su vez, conciencia histórica. Por lo tanto, residirían en los impulsos primordiales de autoconservación, florecimiento social e infinitud, las razones por las cuales las memorias individuales, colectivas, sociales y arquetípicas son tan determinantes para el equilibrio psíquico, la inserción social, la orientación histórica y la concientización. Proporcionando los subsidios fundamentales para lidiar con sentimientos complejos, psicológicamente sensibles y potencialmente capaces de generar neurosis, como tragedias y traumas históricos. La memoria instrumentaliza pero también oprime; todo depende del proceso de concientización.

Palabras clave: Tiempo; Memoria; Trauma histórico; Conciencia.

INTRODUÇÃO

O tempo, assim como a mente humana é plástico, distorcivo e fluído. E ainda que seja uma das grandes forças que regem a nossa compreensão da existência e o entendimento de decorrência, permanência e finitude. Para nós humanos, ao o experienciarmos, a partir da perspectiva da nossa lógica circadiana, numa faísca de humanidade, convertemos o tempo no seu *ethos*. Transfiguramos a sua natureza inexorável e constância newtoniana em imprecisão, sujeito a conjecturas e a friabilidade. Passado, presente e futuro seriam não mais que potentes abstrações mentais construídas pelo cérebro humano no afã de decompor a complexidade do meio ambiente em algo minimamente cognoscível (NICOLELIS, 2020). E, como tal, passível de relativização assim como tudo que é humano. Sendo o tempo da memória, um tempo mais próximo da concepção einsteiniana ou bergsoniana (BOSI, 1993). Complexificado pela experiência psicológica, subconsciente e onírica e pelos os processos mentais, não necessariamente seria o tempo psicológico o mesmo que o tempo histórico ou o tempo social.

TEMPO

No início do florescimento dos primeiros primatas com a capacidade de além de perceber, mas de pensar o tempo, da evolução cortical necessária à adaptabilidade, previsibilidade e memorização para lidar com o inesperado, desencadeando a tempestade neural que originaria uma série de ações calculadas e antinaturais, tais como o planejamento e mudanças de comportamento. Traduzidos quem sabe, em racionamento de alimento, novas alianças sociais e sacrifícios de toda ordem, numa digressão consciente de estratégia individual e, principalmente, grupal em prol da sobrevivência.

Diferente do tempo do esquilo que armazena nozes, ou dos cães selvagens da savana africana que enterram carcaças visando uma refeição futura, a lógica do tempo é puramente biológica. Programados pela pulsão genética traduzida em instinto, suas ações e reações frente ao inusitado, são restritas a experiencição bem sucedida dos seus antepassados. Para que algo de novo de fato promova alterações significativas de em escala comportamento, segundo Darwin (1859), seriam necessários centenas, talvez milhares de anos para que as mutações decorrentes comprovem sua competência.

Por outro lado, devido a encefalização decorrente da experiencição social cada vez mais intensa, a abstração mental que sustentaria a noção de tempo dos nossos ancestrais começaria a mudar. Da percepção circadiana biologicamente simplista, para a plasticidade temporal multiperceptiva de passado, presente e futuro baseada nas ordens do tempoⁱⁱ. Um novo tipo de informação vital, mas que dessa vez fluía para descendência, aparelhando-a e não exclusivamente pela via genética, e sim através da memória, linguagem e narrativa. Cada vez mais fortalecidos por laços sociais estruturantes, tudo isso no intervalo de poucas gerações.

Assim, enquanto espécie que elevou ao máximo a complexificação das relações sociais com o objetivo inconsciente de alcançar ao sucesso biológico. A relação do homo sapiens com o tempo também foi gradativa e igualmente complexificada. Sendo a experiência no tempo e a lógica que se extrai dele, tanto como referência, quanto sentimento, assim como a perspectiva da qual o sujeito observa o universo se tornando cada vez mais única e inigualável. Complexidade que se verifica nas diversas formas que as sociedades, de acordo com

ⁱⁱ Segundo Hartog, as ordens do tempo são imperiosas e de certa forma também nos comandam. São forças temporais com as quais entramos em choque, tais como: causa e efeito, justiça e reparação, dano e vingança e etc.

cosmologias e culturas próprias criaram para se relacionar com ele, percepção que Hartog (2003) chamou de regimes de historicidadeⁱⁱⁱ.

Porém, isso não significaria, que a experiência no tempo não possa ser reproduzida de forma puramente mental, transmitida ou narrada, levando-se sempre em conta, que a cada movimento de expansão e impulsionamento de lembranças, experiências, ideias e conceitos, tanto pela narrativa oral quanto a escrita - mais recentemente através das tecnologias e linguagens digitais. Ainda que sejam fiéis a uma essência nuclear, que algo novo não surgirá desse processo de transmissão e assim, num movimento tão errático quanto incessante, à medida que flui, transcende. Absorvendo e mudando de significado sucessivamente ao sabor das paixões humanas. E essa experiência, dependendo da relevância psicológica, se converterá em memória.

MEMÓRIA

Certamente seja a memória, de forma conjunta com a nossa elevada capacidade de raciocínio cortical e lógico-criativa um dos fatores que alçou o homo sapiens ao topo da lista quando se trata de capacidade cognitiva animal. Segundo o antropólogo evolutivo Walter Neves^{iv} numa das suas palestras do ciclo “USP Talks”, isso se deveria, sobretudo, a importância evolutiva da mediação de relações sociais complexas, e a elevada exigência mental para se manter um grande grupo hominínio, sadio, produtivo e combativo (NEVES, 2017).

Ao contrário do que se acreditava há um século, nosso processo de encefalização, mais especificamente, o desenvolvimento da massa cinzenta, ou seja, do córtex, está relacionado não a criação e manuseio de ferramentas como principal pré-requisito evolutivo. Mas, que a verdadeira pressão evolutiva residiria, não na habilidade de um indivíduo solitário de produzir algo único e significativo. E sim, no enorme conjunto de habilidades heterogêneas partilhadas pelo grupo e de um mecanismo biologicamente eficiente de difusão e transmissão intergeracional de conhecimento que, combinadas, faria disso um poderoso ativo evolucionário

ⁱⁱⁱ Em seu livro Regimes de historicidade: presentismo e experiências no tempo, François Hartog conceitua os regimes de historicidade como sendo a forma como as diversas sociedades se relacionam com o tempo, se por influência do passado, no que chamou de passadismo, presente (presentismo) ou futuro (futurismo).

^{iv} Palestra apresentada em 2017, pelo professor Walter Neves, titular do instituto de Biociências da USP no evento USP_Talks “Conectando universidade e sociedade_Evolução humana: A história de nossos ancestrais - edição número 12”.

(NEVES, 2017). Foi o cérebro social que nos fez chegar até aqui. Racionalizando e hierarquizando as memórias, obedecendo a uma lógica prática de importância e significado. Num equilíbrio complexo entre manutenção e descarte. Na qual a capacidade de reter memórias, mais do isso, transmiti-las de forma eficiente e inteligível, foi crucial para o nosso florescimento enquanto espécie.

Embora distantes 7 mil anos do homo sapiens sapiens comportamentalmente moderno, nossa mente ainda continua obedecendo a essa lógica evolutivamente testada e aprovada do ponto de vista darwiniano (NEVES, 2017). Ou seja, da gigantesca massa crítica de memórias geradas incessantemente. Não obstante a nossa enorme capacidade de armazenamento, apenas algumas serão qualificadas e mantidas. Obedecendo a hierarquia biológica de autopreservação, florescimento social e transmissão de carga genética.

Memórias são registros biológicos, capturados por um ser vivo, que usando seus aparelhos sensoriais e seus filtros mentais, as armazenam em um órgão estruturalmente complexo, composto primordialmente por tecidos de células especializadas denominados neurônios e células gliais^v. O órgão da existência, consciência e o mais importante do corpo, o qual denominamos de cérebro. Assim a descreve Ecléa Bosi, no artigo, Pesquisa em Memória Social.

A Memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. (BOSI, 1993, p. 281).

Não podemos cometer o erro de comparar a memória humana, com a sua homônima digital, pois, fora o nome, não partilham nada do ponto de vista procedimental, nada existe de similitude para que se faça tal associação. Memórias e lembranças, não são fotos ou filmes de acontecimentos passados - embora sob certas circunstâncias possam assim nos parecer. São reminiscências biologicamente aparelhadas, armazenadas e acondicionadas numa caixa óssea,

^v São células não neuronais que propiciam suporte e nutrição aos neurônios. As células gliais se comunicam com os neurônios e umas com as outras. São capazes de modificar sinais sinápticos entre os neurônios e podem até mesmo influenciar o local da formação das sinapses. Devido a essa proeza, podem ser essenciais para o aprendizado e para a construção de lembranças. (MALLOY-DINIZ, et al, 2016)

diluídas em uma massa coloidal, composta basicamente de gordura, proteína e água. Sobre relatividade de memória, Ecléa Bosi nos instrui.

É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou a tempo a seu ritmo, "racionalizando" as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil. (BOSI. 1993, p. 281).

As memórias, juntamente com a linguagem, lógica e raciocínio crítico, estão na base do que nos torna humanos, se servindo desse ferramental evolutivamente esculpido para alçar a sociabilidade como a mais relevante e nossa principal característica enquanto espécie. Na nossa biologia tudo converge para a magnificência da alteridade.

Contudo, sob perspectiva do homem como ser social e em decorrência disso, histórico, estas peculiaridades que envolvem a percepção e conceituação do tempo e a complexidade da sua função na produção social da memória, constituem um fato. Com certa estranheza e relutância, tal avaliação acabou por convencer boa parte dos profissionais da História, e ainda devido a inconsistência dos registros mnemônicos como dado, referência ou fonte histórica, exigiriam uma abordagem e métodos igualmente complexos, na mesma medida da enorme insondabilidade da mente humana. Constatação que, por vezes, poderia desestimular ou desmerecer a importância das memórias na composição de mosaicos historiográficos e etnográficos mais completos, apenas pela incapacidade profissional, talvez idiossincrática, de lidar com uma fonte que suscitaria aprofundada compreensão filosófica, enorme capacitação técnica e teórica no seu processo de validação, rotulando-a apenas de fonte “não confiável” (LE GOFF, 2003).

A memória - inclusive a coletiva. Se comporta muitas vezes como uma criança brincando numa escada rolante. Que, ignorando as convenções reinantes, insiste em mover-se na direção oposta ao fluxo normal e, trombando com os demais transeuntes, vai criando um ritmo e lógica próprios. Contudo, a despeito do seu comportamento irrefreável e pouco previsível, não deixa de ser “criança” e, como tal, pode ser ouvida, interpelada, significada e, quem sabe, compreendida. Isso, desde que se tenha o ferramental para trazê-la para perto de si ou a disposição para ir até onde está. Importância reconhecida por Jacques Le Goff (2003) ao

tratar da memória coletiva, no capítulo relativo ao “Valor da memória” do livro História e memória.

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2003, p. 469).

Desde as postulações sobre memória de Le Goff (2003), em História e Memória, em meados dos anos setenta, onde referencia a partir de quais bases científicas relativas ao cérebro ele tece suas proposições, avançamos muito. Tanto na profundidade dialética, quanto na compreensão prática da atividade do cérebro-mente. Auxiliados, sobre tudo, por modernas técnicas interpretativas e equipamentos de neuroimagem cada vez mais precisos, novas pesquisas têm prospectado ainda mais fundo na percepção do funcionamento do sistema nervoso (MALLOY-DINIZ, et al, 2016). Concepções alicerçadas exclusivamente em análises comportamentais e casos clínicos atípicos foram, aos poucos, sendo suplantadas pela neurociência moderna e graças a médicos como Broca (1861), Wernike (1874), Lúria e Vigostki (1968), que ajudaram a compor o quadro científico atual, bem mais detalhado, complexo e dinâmico, ao pesquisarem o funcionamento do sistema nervoso, do cérebro, dos processos cognitivos e, em especial, da memória.

Paulatinamente, concepções correlacionadas as atividades de centros cerebrais com funções mentais específicas, no entendimento científico conhecido como “localizacionismo”, a despeito da sua importância transiente, foram gradativamente cedendo lugar ao surgimento da concepção “modular”. Que, por sua vez, considerava uma maior complexificação das atividades cerebrais, devido a comprovação do recrutamento de mais centros cerebrais na realização de determinada tarefa. Ou seja, em uma ação ou processo cognitivo específico, várias dissociações simples, poderiam ser requeridas (MALLOY-DINIZ, et al, 2016).

Dessa forma, o “localizacionismo” e o “modularismo” restrito, já não eram mais as únicas formas de compreender a relação entre a atividade do cérebro e os processos mentais. Passando-se então, num segundo momento, a se considerar a possibilidade de uma abordagem holística nos

processos mentais. Pensamento partilhado por pesquisadores como Pierre Flourens e Karl Lashley, no qual o cérebro funcionaria verdadeiramente como um sistema integrado (MALLOY-DINIZ, et al, 2016).

Embora continuemos avançando significativamente no campo das neurociências, que na atual fase de pesquisas, dado a enormidade e complexidade da área poderia ser considerada como, no máximo, promissora. É ponto pacífico, que ainda resta muito o que evoluir no tocante ao funcionamento do sistema nervoso, em especial do cérebro. E que processos mentais, como a memória, por exemplo, nas suas várias concepções é um sistema bem mais intrincado do que se supunha há quarenta anos.

MEMÓRIAS COLETIVAS ATRAVÉS DA ORALIDADE

A memória faz parte do processo de florescimento da consciência e da construção psicológica do “si” ou do ego, pela concepção junguiana^{vi}. A trajetória do nosso corpo e da nossa mente através do tecido temporal, dá-nos uma experiência sentimental de existência e uma lógica para a nossa vida biológica, percepções elementares nas diversas abstrações mentais que mediam nossas interações com o meio ambiente e com a sociedade. É o que a neuropsicologia chama de memória autobiográfica^{vii}.

Contudo, ainda que nossas próprias memórias sejam de enorme importância, elas só têm significado na presença do outro, ou seja, na alteridade. Sobretudo, pelo processo de autorreferência e significação que isso propicia. É quando nós nos percebemos partícipes de um contexto maior que atenda os pré-requisitos estabelecidos pelas nossas próprias abstrações mentais, individuais e das coletivas que comungamos é que nos sentimos únicos. Mas nunca isolados.

Sendo o testemunho dos que partilham o mesmo universo social, um incontestado e sempre bem-vindo reconhecimento da nossa existência. Seria nesse contexto de auto significação e ressignificação social mútuas, que as narrativas e, em função disso, a oralidade, como amálgama interrelacional, exerceria sua maior força.

^{vi} Para Jung, o ego é o centro do consciente humano, um dos principais arquétipos da personalidade e o centro da consciência (JUNG, 1960, *ibidem*).

^{vii} A memória autobiográfica caracteriza-se por um estado de consciência cujas qualidades estabelecem um senso de re-experiência e de viagem de volta ao tempo do evento original. Dentre os julgamentos que o indivíduo executa sobre o evento e a memória dele, destaca-se a relevância pessoal. (MALLOY-DINIZ, et al, 2016, *ibidem*).

É apenas pelos olhos do outro, que nos libertamos da prisão da unilateralidade e que alcançamos a autorreferência que nos diferencia identitariamente. Ainda sobre o valor da linguagem e da narrativa, o médico e neurocientista Miguel Nicolelis, ressalta a importância social dessa habilidade humana tão marcante, ao lembrar das pesquisas sobre comunicação e linguagem do antropólogo Robin Dunbar^{viii}.

Complementada por gestos, grunhidos e assobios, a linguagem oral articulada ofereceu à nossa espécie um meio muito eficiente para manter unido um grande grupo de seres humanos. De fato, Dunbar propôs um exemplo muito interessante do impacto da linguagem oral como forma de amálgama social humana. Ao estudar o conteúdo de conversas dispersas por diferentes grupos sociais na Inglaterra contemporânea, ele descobriu que, não importa quem esteja envolvido na conversa, aproximadamente dois terços destes diálogos revolvem ao redor das nossas vidas sociais (DUNBAR, Apud, NICOLELIS, 2018, p. 31).

“O homem é um animal histórico”, afirmou Catroga aludindo Umberto Eco (CATROGA, 2009). É a nossa história individual - que já nasce como um capítulo na história dos nossos pais. Que nos posiciona, social e historicamente, enquanto indivíduos dentro do complexo universo fruto da abstração mental humana. Na qual os modelos arquetípicos, historicamente consagrados e imiscuídos em nosso subconsciente coletivos ajuda-nos com a tarefa de logicizar a realidade independente de origem ou cultura (JUNG, 1960).

Chegamos frágeis e imaturos ao seio do nosso núcleo social. Carentes de atenção e diferentemente da maioria dos mamíferos, mesmo de outros primatas, na grande parte dos aspectos práticos do convívio social, completamente dependentes. A maturidade do homo sapiens é muito tardia em comparação a outras espécies. Desde a concepção ao nascimento, a fêmea humana já demanda, a priori, de uma estrutura social estabelecida, que forneça as condições mínimas de auxílio e cuidado para que possa dar à luz e cuidar da criança até que esteja pronta para tornar-se aprendiz (NEVES, 2017). É uma pressão social enorme que, apenas se converterá em possibilidades vantajosas, se for abraçada pelo grupo. Que numa demonstração de compreensão do fluxo temporal, planejamento e concepção de infinitude (do *status quo* social), entende que é mister tal esforço, mesmo que o objetivo imediato não envolva a própria prole.

^{viii} Grooming, Gossip and the Evolution of Language é um livro de 1996 do antropólogo Robin Dunbar, no qual argumenta que a linguagem evoluiu da preparação social. (NICOLELIS, 2018, op.cit)

Comportamentos assim complexificados, possibilitaram que diversos grupos humanos, organizados socialmente conseguissem prosperar nos mais variados ambientes e contextos históricos, desde as savanas escaldantes, as estepes, florestas equatoriais aos planaltos gelados, em guerras, fomes ou êxodos. E embora tal conformação social e comportamentos empáticos nos pareçam modernamente lógicos e plausíveis, frente aos desafios dos nossos ancestrais. Evocando uma extrema inclinação a racionalidade inata, na verdade, seria apenas exteriorização comportamental, socialmente complexificada e mediada pelo nosso córtex evoluído, das mesmas pulsões primordiais impostas a outros primatas.

O fato é que na encruzilhada evolutiva, quando deixamos de ser exclusivamente arborícolas, defrontando as vantagens e desvantagens do bipedismo pleno (NEVES, 2017), dado a fragilidade física e individual, foi na nossa inclinação gregário-colaborativa, que encontramos as mais diferentes e eficazes estratégias de autopreservação, fortalecimento pessoal e transmissão da carga genética. A sociedade. Contudo, intrinsecamente a ela ligados, novos problemas.

Com o passar do tempo e a complexificação das relações intergrupais dirigidas a manipular do ambiente e a mediação social, a linguagem, a narrativa e a memória, tornaram-se habilidades imprescindíveis ao sujeito e a sua descendência. Sendo a oralidade a primeira e o principal canal de transferência do saber e das competências necessárias para o sucesso do filho, pupilo ou aprendiz.

Como predito, no caso dos seres humanos, que demandam um tempo relativamente maior que a média dos primatas no processo maturação psicológica, cognitiva e motora, para o sucesso evolutivo na transmissão da carga genética, não bastava procurar pelo ambiente aquedo, a fêmea ou macho mais qualificado ou escolher a melhor sazonalidade de procriação. Pais ou cuidadores teriam que certificarem-se que aquele jovem humano, o qual investiram tanto tempo e energia, estará devidamente aparelhado para os desafios e vicissitudes que certamente defrontará naquela Jornada. E este, cedendo as mesmas pulsões que impeliram seus ancestrais, munido daquelas informações vitais, transferirá sua carga genética com sucesso, contribuindo, de certa forma, para infinitude biológica de todos da sua linhagem.

Trata-se de uma lógica inconsciente e aparentemente simplista mas, que orienta e intermedia os mais intrincados comportamentos e abstrações mentais humanas. Da educação à cultura, passando pela religião. Das cosmologias mais diversas, aos mais complexos tratados sociais que, espontâneos ou regulatórios, têm nas pulsões biológicas primordiais seu *ethos*

principal. Nas palavras de Carl Gustav Jung (1960). “Como é sabido, o processo cultural consiste na repressão progressiva do que há de animal no homem”. Pois, seguindo no mesmo pensamento do médico austríaco, isso seria impossível, sem as decorrentes consequências psíquicas. Já que o foco da maioria das neuroses residiria exatamente no embate do id, de energia animal, com o superego, apaziguador e a complexa mediação da realidade abstrata criada pelo próprio ser humano no meio ambiente histórico-social.

TRAUMAS HISTÓRICOS E ORALIDADE

Não existiria a história dos vencedores, derrotados, dos desimportantes, dos vingados, expropriados, injustiçados e etc., sob a lupa da perspectiva personalista, apenas uma única história se sobressairia e seria digna de notoriedade, a sua própria. Do adágio popular “Viver para contar”, o *ethos* humano residiria mais sobre “ter” para quem e “por que” contar, do que em “viver”. Já que a História é inerente a vida e a experiência humana no fluxo do tempo seguirá independente de contribuirmos ou não com nosso simplório fio vital^{ix}. No emaranhar da nossa finíssima fibra de individualidade, à trama universal, seríamos quase imperceptíveis no conjunto de cordões do tramado portentoso do fluxo histórico. Mas, inexorável como o tempo, a História seguirá, ainda que incompleta de nós. Como assinala Rüsen, seria da raiz social da História, de interações básicas das pessoas que ela se espalharia. Sendo o fluxo histórico a soma de todas as narrativas.

Durante o século XIX, quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo. O entendimento histórico é guiado fundamentalmente pelos interesses humanos básicos: assim sendo, é direcionado para uma audiência e tem um papel importante na cultura política da sociedade dos historiadores (RÜSEN, 2010, p. 25).

Dessas interações, muitas vezes atritantes e conflituosas, tragédia e superação, emergem como dois vocábulos intrinsecamente ligados à condição humana. Independentemente da nossa aparente fragilidade física, talvez a tenacidade seja outra das características que, pela proximidade semântica, também nos definiria. Desde a diáspora pan-africana, na epopeia

^{ix} Referente ao mito gredo das Moiras. Três irmãs responsáveis por fabricar, tecer e cortar aquilo que seria o fio da vida e do destino de todos os indivíduos, tanto dos deuses, quanto dos seres humanos.

humana da migração transatlântica que insistimos em realizar o improvável. À exceção da Antártica, não há ambiente seco no planeta o qual não possamos chamar de lar. Desertos (de areia, ou gelo), florestas, montanhas, savana ou tundra, todos foram ambientes subjugados pela inventividade e adaptabilidade, mas também, também pela tenacidade do homo sapiens. Entretanto, a despeito da resiliência necessária para superar as agruras relativas aos elementos e as questões naturais, fica tudo mais difícil quando àquelas tragédias se somam as produzidas por mentes e mãos humanas.

No caso do Brasil, temos as nossas próprias tragédias, a maior parte delas, infelizmente, não naturais. São anomalias fruto de abstrações mentais nefandas, no campo econômico, político e social. Numa ilógica hiperracionalização que subverte os valores biológicos mais subjacentes, poluindo, extinguindo, asfixiando, expropriando, empobrecendo, invisibilizando, discriminando, oprimindo e matando. É uma autoimolação de uma sociedade que se comporta como se estivesse em transe.

Somos uma terra prolífica do ponto de vista geológico e climatológico, onde o clima quase sempre aprazível e a estabilidade tectônica seriam uma dádiva. No entanto, padecemos de outras tragédias. A tragédia social étnico-racial da escravidão, talvez seja uma das mais avassaladoras. Mas também temos a antropológica dos indígenas, a ambiental com a extinção quase completa de biomas e espécies e somada a essas e a outras tantas, que a elas se conectam de maneira intrínseca, temos também a tragédia social da educação (FREIRE, 2016).

Como observado por Le Goff, “ (...) Tal é o significado do termo grego, e de sua raiz, indo *wid-*, *weid-*, “ver”. Que a História tem a sua essência no “relato”, na narração. “Eu vi, senti”, esse seria o aspecto da história-relato, da história-testemunho (LE GOFF, 2003). E talvez não exista ferramental tão importante para transmitirmos à nossa descendência quanto as experiências colhidas e armazenadas no transcurso das “tragédias”. (Fazendo a ressalva que “tragédia”, aqui também tem uma conotação que leva em conta a questão da escala, ou seja, que no nível personalista poderia estar circunscrita a concepções relativas a micro história ou a história individual, por exemplo).

Embora todos os canais de comunicação e linguagens partilhados por um grupo social sejam potencialmente competentes para a transmissão de narrativas, os carregados de maior energia emocional seriam, a priori, os mais eficazes do ponto de vista da latência, transmissibilidade e reverberação, dessa forma, dignos de incorporação ao produto social. Ao

reconhecer a importância da apreensão dos vestígios mnemônicos do comportamento narrativo, principalmente nas sociedades ágrafas, Le Goff, pontua:

Alguns cientistas foram, assim, levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais. Assim, Pierre Janet "considera que o ato mnemônico fundamental é o "comportamento narrativo", que se caracteriza antes de mais nada pela sua função social, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo". Aqui intervém a "linguagem, ela própria produto da sociedade" (JANET, apud LE GOFF, 2003, p. 421).

Assim, a oralidade, manifestação primordial na comunicação social, caracterizada pela importância que adquire quando partilhada nas células sociais mais básicas, à exemplo da família, constitui-se como o principal canal de aparelhamento intergeracional de conhecimento e memórias, que pela transmissão, consciente e inconsciente de informações relevantes, propicia que os jovens componentes daquele grupo social tenham mais chances de prosperar de acordo com a visão cosmológica, noção social e histórica do grupo ao qual pertencem.

Como predito, a linguagem, as memórias e a nossa inclinação à sociabilidade estão na base das mais importantes fontes comportamentais e procedimentais do ser humano. Obedecendo, ainda que de forma sociologicamente complexa, aos mesmos imperativos biológicos aos quais as nossas mais profundas pulsões estão estreitamente ligadas. Embutidos em nós está toda uma série de mecanismos que foram cuidadosamente arranjados por milhares de anos de evolução para que, em última análise, repassemos com sucesso a nossa carga genética. Numa obediência inconsciente a lei maior da vida, a qual todos os seres vivos estão sujeitos.

Raciocínio partilhado também por Jean Piaget, que devido a sua forte formação em ciências naturais, defendia que a ontogenética^x do desenvolvimento cognitivo das crianças estava ligada de maneira determinante, além da hereditariedade, também ao meio ambiente (WADSWORTH, 1989).

Formava-se assim, já nos primórdios da psicologia moderna, uma corrente que se distanciava cada vez mais da filosofia kantiana ou cartesiana de que corpo e mente habitavam

^x Ontogenética: refere-se às mudanças do desenvolvimento que ocorrem no indivíduo (WADSWORTH, 1989, op.cit).

em dimensões separadas, da mesma sorte que os processos mentais decorreriam de fontes espirituais, numa dissociação da influência do ambiente nas alterações ontogenéticas. Graças as contribuições de pesquisadores como Vigotski, Darwin, Durkheim, Luria, Freud, Jung, o próprio Piaget e tantos outros, hoje sabemos como hereditariedade, o ambiente, a experiência e as emoções influenciam na mediação da memória e, por sua vez, no comportamento individual e coletivo.

No caso da memória especificamente, Vigotski (2009) identificou dois tipos primordiais, uma ligada a estágios mais primitivos do desenvolvimento social, predominante em povos iletrados, ao qual denominou de memória natural. Por sua vez, muito ligada aos estímulos externos. Por outro lado, também existiria a memória estimulada além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano, que numa demonstração de evolução cognitiva, incorporaria estímulos artificiais autogerados, ou seja, os signos.

Ainda segundo Vigotski (2009) de acordo com o amadurecimento dos indivíduos, haveria uma mudança tanto de estrutura quanto do caráter funcional do processo de lembrança. Pois, de acordo com a fase etária, essa assumiria diferentes papéis na atividade cognitiva. A memória da criança em fase inicial seria uma das funções psicológicas mais centrais, por exemplo. Em torno da qual toda uma série de habilidades sociais seria construída. Dessa forma, o peso psicológico das memórias variaria de acordo com a idade, sendo que a energia psíquica de uma memória transmitida por um ancião, seria bem diferente que a captada pelo aprendiz, momento onde ocorreria um rearranjo geracional, um filtro de resignificação social de reforço ou desvanecimento daquela memória.

Tais mecanismos de modulação da função social da memória, de mediação, difusão e transferência geracional, poderiam converter-se numa ação importantíssima para o sucesso de um grupo social. Desde as sociedades mais primitivas, pelo reforço intencional de estímulos autogerados, de certa forma marcando as memórias socialmente relevantes, com uma forte dose de energia psíquica. Contudo, nem mesmo essas teriam a garantia da transferência intergeracional, já que a cada ciclo seriam retestadas quanto ao valor, representatividade e pertinência pelos novos membros do grupo de acordo com o ambiente vigente.

Memórias coletivas que atravessam gerações, indubitavelmente, são memórias potentes. Tanto no campo da significação, representatividade, pertinência, quanto da energia psíquica. Sua presença no ideário grupal são um aviso subliminar da sua relevância social, para que as ações e as respostas a elas associadas devam ser mantidas sob atenção, em alguns casos, alerta.

Mais que a superação das tragédias impostas a cada grupo social, a transmissão das memórias coletivas, seja pela oralidade, ou outros canais que possibilitem tal apreensão - nas palavras de Le Goff (2006), dos “vestígios mnemônicos”. De forma consciente ou inconsciente, traduzem-se em um poderoso ferramental de exaptação^{xi} social, ao qual os indivíduos, principalmente os mais invisibilizados e despossuídos, lançam mão, talvez como único e mais valioso legado que possuem para transmitir à sua descendência.

CONSCIENTIZAÇÃO HISTÓRICA COMO FORTALECIMENTO PSICOLÓGICO

Pode ser que o indivíduo reconheça, talvez a partir de uma perspectiva de inferioridade ou condição de “conscientização inocente”, nas bases propostas por Paulo Freire (2016), ou de limitada consciência histórica na concepção ruseniana, o fluxo histórico e social com estranhamento, como um processo formal e anacrônico, ou seja, encara-o qual um ente nebuloso e mal sabido que distante operaria de forma velada.

Assim como um rio famoso, porém longínquo, do qual só reconheceria o nome. Contudo, pela sabedoria popular do “ouvir dizer”, pela enormidade e repercussão de certos fatos, imagina que tal “rio”, quem sabe, alimente o minguado córrego que passa perto da casa onde mora. Nesse caso, o “rio” é a História. Transfigurada num elemento tão estranho que, ao seu ver, não o abarcaria.

Seria àquela história, mais importante que a história que toca a sua pele? Que a anedota que pôs um sorriso nos lábios dos seus filhos, a recordação que vincou o rosto dos avós ou a carestia do pão que pesou nas decisões que tomará para superar as demandas diárias? Se a vida não deixa tempo para deliberações e aprofundamentos filosóficos sobre a História, no fluxo desse “rio”, um palmo de conscientização seria o suficiente. É a história individual que urge, uma que está na fila do supermercado, na novela e no jornal que embrulha o peixe. Esse é o máximo de história a que se teria direito. Uma suficiente para as questões da vida cotidiana, uma que chegaria no máximo, aos tornozelos.

^{xi} Da biologia: o termo "exaptação" é atribuído ao paleontólogo [Stephen Jay Gould](#) e a paleoantropóloga [Elizabeth Vrba](#), em "Exaptation - a missing term in the science of form," *Paleobiology* 8 (1982) - uma explicação de como estruturas complexas podem evoluir de estruturas mais simples. Dessa forma, criou-se o termo exaptação para definir as “adaptações” de utilidade atual. Portanto, as características pré-existentes que adquirem novas aptidões sem haver mudança, por seleção natural, no fenótipo são chamadas exaptações. (NEVES, 2017, *ibidem*).

E essa desidratação histórica, tão perigosamente triste, mais que um lugar ou classe social, poderia transformar todo o país num semiárido - se já não o fez. É essa minguada conscientização histórica, uma que umedece levemente as solas dos pés, que os jovens levariam para a vida, para a escola e para o convívio social. Uma que se evapora sob o sol escaldante no caminho a pé até o grupo escolar, que se derrete quando esperam por uma hora no ponto de ônibus ou é espremida à força na condução lotada. Mas que, sem ela, ressecam, enfraquecem, definham.

Aos jovens na escola, é certo que vão que falar que existe um “rio”, vão dar-lhe um nome, contar por onde passa, cobrar que decorem os afluentes, enaltecer seu descobridor e a abstrata importância do tal rio na sua vida ou comunidade. Contudo, nada disso os aproximaria do “rio”. Também é bem provável que, sequer os educadores o conheçam de perto ou tenham se banhado nele. No máximo o reconheceriam por uma foto ou lembrariam dele dos livros da época de faculdade. E, talvez incomodados com a impossibilidade de leva-los até lá ou de trazer um rio inteiro até a sala de aula, irrequietos professores de história, num ato simples e prático, mas, cheio de rebeldia e também significado, poderiam simplesmente dar-lhes um copo d’água.

A conscientização histórica é uma sede que as pessoas não sabem que tem. Mas quando bebem dessa “água”, não entendem como viveram sem ela até ali. Uma sede tão grande que deve ser saciada aos poucos. Tomando um gole de cada vez, sem esquecer de dar aos outros, num ato educacional, pedagógico e empático. Pois, mesmo que com o tempo alguns nunca encontrem o tal “rio” do qual tanto falam os professores, ao menos, saberão onde encontrar sozinhos boas fontes de água fresca.

Sobre essa “conscientização”, Moacir Gadotti, professor da USP e presidente do Instituto Paulo Freire, nos situa sobre o conceito na visão freireana.

[...] “Conscientização”, Paulo Freire deu a essa palavra um conteúdo político-pedagógico tão particular a ponto de nos permitir afirmar que ela “renasceu”, tornando-o “pai” desse novo vocábulo. Para Paulo Freire, conscientização é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência, um ir além da fase espontânea da apreensão do real para chegar a uma fase crítica na qual a realidade se torna um objeto cognoscível. Já a tomada de consciência, ou “prise de conscience”, expressão muito utilizada por Jean Piaget, é uma etapa da conscientização, mas não é a conscientização. A conscientização é a tomada de consciência que se aprofunda, é o desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica ação e a tomada de consciência, não. (GADOTTI, Moacir. “Conscientização”, FREIRE, 2016, p. 15).

O desenvolvimento crítico o qual se refere Gadotti, que também habita na consciência histórica proposta por Rüsen, como um elemento de autoreferenciamento no fluxo histórico. Que, todavia, depende de um amadurecimento neuropsicológico que propicie uma mínima cognição histórica. Isso fica evidente quando Gadotti (2016) alude a Piaget. Assim, na conscientização freireana que aponta na direção da gradativa formação do pensar histórico, por sua vez crítico. É mais do que o saber-se ou identificar-se como um sujeito pensante que coabita esse mesmo fluxo. Porém, uma pessoa madura, social e psicologicamente, que agora pode, com o desanuviamento da visão, buscar intencionalmente seus objetivos, antes impossíveis ou irreconhecíveis, ao mover-se de forma consciente e autodeterminada dentro do fluxo histórico.

Contudo, o processo de individuação junguiano, que abarcaria tanto a “conscientização”, maturação neuropsicológica, quanto um nível genético de consciência histórica ruseniana, pode ser extremamente doloroso do ponto de vista psíquico, especialmente para grupos sociais mais vulneráveis e historicamente discriminados. Exigiria o entendimento que a mediação das consequências neuropsicopatológicas decorrentes do processo conscientização são tão importantes quanto a consciência crítica e a orientação histórica.

Abordando os temas psicologicamente sensíveis de maneira proativa, antes que se tornem focos de neuroses, talvez sob uma perspectiva adleriana^{xii}, contribua inclusive para o fortalecimento da cognição e do pensar histórico. Pois, no processo de autoreferenciamento, ao deparar-se com abstrações que denotem uma pseudo inferioridade histórica. O indivíduo, na análise de sua própria proto narrativa confrontada com as expectativas e pressões sociais estabelecidas, pode provocar sofrimento psicológico caso estas questões não sejam didaticamente equalizadas e contextualizadas. O que, por sua vez requereria numa intervenção psicopedagógica adequada, na abordagem de temas psicologicamente e historicamente sensíveis (não apenas destes), de forma a construirmos ambientes de aprendizado saudáveis, docentes mentalmente preparados e alunos psicologicamente equilibrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento escolar representa o que há de mais evoluído na conformação social humana. Assim como a medicina e a tecnologia é uma das nossas credenciais como espécie

^{xii} Alfred Adler (1945) médico austríaco, pioneiro da psicologia individual. Considera os aspectos sociais e comunitários de uma pessoa como fundamentais para seu domínio interno como motivação no movimento de inferioridade para superioridade.

evoluída. Contudo, no caso da educação se reveste de ainda mais importância por ser um dos mais importantes baluartes da civilização. Uma relação que se mantém significativa graças a força imagética de arquétipos tão antigos quanto o próprio homo sapiens, cristalizados no sábio e o aprendiz.

Sentir, compreender e individualizar. Cada aluno é um mundo próprio dentro do universo escolar, um enorme investimento biológico e social. Um ser pensante culturalmente aparelhado, de histórias, vivências e memórias com o qual teremos a honra e a oportunidade de interagir.

Por esse motivo, a escola, a sala de aula e relação do professor com o seu aluno se inunda, não por acaso, de uma poderosa energia psíquica que jamais deve ser desprezada ou desperdiçada. É um momento luminoso que evoca as pulsões mais antigas do aprendizado e da evolução a que todos os seres humanos estão submetidos e predispostos.

Uma ocasião extraordinária que proporciona pelo alargamento da visão e profundidade dos questionamentos, que as brechas nas crostas socialmente mais endurecidas surjam. Mesmos nas mentes mais áridas e nos indivíduos mais reticentes a cristalização da visão histórica pode ser abrandada. E ao se conectarem com a ciência e a filosofia, num elo mental civilizatório que une professor e alunos, são levados à reflexão, ao questionamento e indubitavelmente a alguma mudança. O caminho é pelo diálogo e não pelo embate de proto narrativas anacrônicas com conhecimento e a realidade. É o ensejo a mudança de paradigma, o polimento do prisma pelo qual observam a vida e o mundo. Fato que em muitos casos mexe com valores arraigados, cultivados em ambientes estéreis e desconectados da realidade, firmemente apegados a crenças ou valores morais, mesmo que distorcidos. Um terreno espinhoso que só alguém muito especial tem o direito de transitar.

Nesse contexto, independente da queda do prestígio e da unanimidade, o educador tem que ser esse alguém. Pois, talvez seja um dos poucos atores sociais com a capacidade, mais que isso, com a habilidade e a credibilidade para penetrar a blindagem dos vários grupos sociais sem ferir suscetibilidades. É uma possibilidade maravilhosa de transformação, mas também uma enorme responsabilidade.

Contudo, devido ao meio ambiente social cada vez mais complexo e ácido, com relações humanas cada vez mais irracionais e atritantes, nessa mesma medida deve se preparar o professor. Pois, a formação básica e o empirismo que há algum tempo seriam suficientes para conduzir uma turma, já não bastam. A formação continuada é o caminho e dentro dela o

aprimoramento de habilidades voltadas ao bem-estar mental e psicológico são cada vez mais importantes. De maneira a contribuir para a conscientização histórica entendendo esta, como um fator determinante para o fortalecimento psicológico e florescimento psicossocial do jovem, num destrancar de portas às possibilidades e um abrir de janelas para o futuro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Alfred. A ciência da natureza humana. São Paulo: Companhia editora nacional, 1945.

BOSI, Ecléa. Pesquisa em memória social. Revista de psicologia da Usp 4(1/2), p 277 a 284. São Paulo: Usp, 1993.

CATROGA, Fernando. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira. Revista Brasileira de História (RBH), v. 29, n. 58, p. 469-487, 2009.

DARWIN, C. A Origem das Espécies. São Paulo: Madras Editora Ltda., 2022.

DAMÁSIO, António. A estranha ordem das coisas. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. São Paulo: Unicamp, 2003.

MALLOY-DINIZ, Leandro, F. (org). Neuropsicologia aplicações clínicas. Porto Alegre: Artmed, 2016.

NEVES, Walter. Evolução humana: A história de nossos ancestrais. Palestra apresentada em 2017, USP_Talks “Conectando universidade e sociedade”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5PZFW-SICTA>> acesso em: 15 jun, 2023.

NICOLELIS, Miguel. O verdadeiro criador de tudo. Como o cérebro esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: Planeta, 2020.

SCHMIDT, M.A; BARCA, I; MARTINS, E.R. Jörn Hüsen e o ensino de História. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. p.59. Universidade Federal do Paraná, 2010.

FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez editora, 2016.

JUNG, Carl Gustav, O eu e o inconsciente. In: Obras Completas de C. G. Jung vol. VII. São Paulo: Editora vozes, 1960.

_____, **O homem e seus símbolos.** Rio de Janeiro: Harper Collins, 2022.

VIGOTSKI, L. Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 2009.

WADSWORTH, Barry, J. **A inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. São Paulo: Livraria pioneira editora, 2ªed, 1993.